

DA PORTA PARA DENTRO: uma análise da contribuição do design de interiores como ferramenta de mudanças sociais no Programa Minha Casa Minha Vida

IN FROM THE DOOR: an analysis of the contribution of interior design as a tool for social change in the 'Minha Casa Minha Vida' Program

FERRARI, Cláudia Estefânia; Mestranda em Design; PPDESDI/UERJ

cferrari@esdi.uerj.br

SILVA, Maristela Chaves da; Especialista em Políticas Públicas e Gestão em SESO; FACUMINAS

stellachaves.rj@gmail.com

SOUZA, Sabrina da Silva; Mestre em Antropologia; UFF

sabs.souza@gmail.com

CARDOSO, André Luiz Carvalho; Doutor em Arquitetura; PPDESDI/UERJ

alcarvalho@esdi.uerj.br

Resumo

Este artigo relata a contribuição do design de interiores no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como ferramenta de mudanças sociais, a partir de um projeto que está sendo desenvolvido por uma secretaria municipal de habitação e tem refletido em impactos positivos para os usuários da assessoria de design de interiores. Avaliamos o PMCMV e o seu atendimento aos conceitos de direito à cidade e moradia digna, centralizado na qualidade do habitar dos espaços interiores produzidos. A partir das experiências do projeto Da Porta Para Dentro ilustramos as problemáticas encontradas e como os designers de interiores podem atuar. Por fim, trazemos relatos de casos que demonstram como as alterações nos interiores refletiram em mudanças comportamentais, sociais e econômicas na vida dos beneficiários. Defendemos aqui o design como ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas, contribuindo com o seu olhar para as individualidades e para os ambientes como transformadores de vida.

Palavras Chave: Design de interiores; Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; Design social; Política habitacional

Abstract

This article reports a contribution of interior design in the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) as a tool for social change, based on a project developed by a municipal housing department that has positively impacted the users of interior design services. We evaluate PMCMV and its adherence to the concepts of the right to the city and dignified housing, focusing on the quality of the living spaces produced. Through the experiences of the "Da Porta Para Dentro" project, we illustrate the issues encountered and how interior designers can act. Finally, we present reports that demonstrates how changes in interiors have led to behavioral, social, and economic changes in beneficiaries' lives. We advocate for design as a fundamental tool in the development of public policies, contributing its

perspective on individuality and environments as life-transforming elements.

Keywords: *Interior design; Minha Casa Minha Vida Program – PMCMV; Social design; Housing policy*

1 Introdução

Neste artigo vamos tratar da ideia do design de interiores como uma ferramenta de mudanças sociais, um processo que começa recentemente a ser desenvolvido e aplicado em projetos habitacionais já implementados do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir do projeto “Da Porta Para Dentro – planejando o lar com design de interiores” de uma secretaria municipal de habitação do estado do Rio de Janeiro. Foi identificado a existência de uma fragilidade na desassistência das famílias sobre a produção dos espaços interiores, gerando diversas deturpações no processo de habitar, no espaço de morar e na subjetivação das famílias que habitam essas moradias, refletindo de forma ampla nas suas vidas sociais. Estabelecemos aqui como problema uma visão sobre estes espaços interiores, a partir da inserção do design de interiores na política habitacional que estabelece uma nova abordagem na problemática de moradia popular.

A partir das vivências do projeto Da Porta Para Dentro (DPPD), que assessora as famílias beneficiárias do PMCMV sobre o planejamento dos espaços interiores, iremos analisar as contribuições do design de interiores nos espaços de habitar e os seus impactos, que têm revelado mudanças sociais. Imergindo no projeto, relataremos as experiências obtidas que conduzirão na reflexão sobre a política pública habitacional, trataremos da implementação e das problemáticas do PMCMV e apresentaremos estudos de casos de famílias atendidas pelo projeto. Este artigo é conduzido por uma designer de interiores e duas assistentes sociais que atuam em conjunto no projeto DPPD e pelo professor orientador da designer e mestranda que desenvolve pesquisa sobre esta temática. Trazemos aqui alguns relatos das nossas possibilidades de desenvolvimento profissional junto da prefeitura, enquanto pesquisadoras implicadas nas questões habitacionais, a partir de uma percepção interna enquanto funcionárias.

Para isso, como metodologia, foi desenvolvido levantamento bibliográfico sobre teoria e conceitos vinculados ao tema, levantamento de dados e de legislação, registros fotográficos e relatos de campo. Na primeira parte, trataremos dos aspectos históricos e teóricos da moradia popular, articulando os conceitos de moradia digna e direito à cidade com o formato do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) sob a perspectiva dos interiores das habitações entregues. Em sequência, na segunda parte, apresentaremos o projeto Da Porta Para Dentro (DPPD), como é desenvolvido e o entendimento da necessidade de uma abordagem que abrange o interior das habitações como escopo da política pública e os consequentes ganhos. Na terceira parte, relataremos as problemáticas mais recorrentes encontradas durante os atendimentos do projeto DPPD e como o design tem sido um diferencial na mudança dos espaços de habitar do PMCMV, interferindo não só na ambiência, mas na vida dos moradores de forma holística e positiva, promovendo o desenvolvimento socioeconômico. Para ilustrar as contribuições do design de interiores neste contexto apresentaremos 2 estudos de casos que conduzirão aos resultados obtidos.

O projeto DPPD se apresenta como uma proposta nova, mas ainda embrionária, tardia e localizada. Temos um longo caminho no pensamento de políticas habitacionais para além da produção de espaços de morar destituídos, não só dos espaços interiores, mas também de espaços

de construção de cidade. Este debate é emergente, pois as políticas habitacionais precisam se desdobrar e pensar também nas escalas da habitabilidade que vão muito além da produção isolada de espaços de moradia.

2 Moradia digna, o programa Minha Casa Minha Vida e o design de interiores

A Habitação de Interesse Social – HIS é objeto da Lei 11.124 do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que tem o objetivo de viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável. Deve seguir os princípios de compatibilidade e integração às políticas públicas e demais setores do desenvolvimento urbano, ambiental e social. Sendo a moradia digna um direito e vetor de inclusão social, deve suprir ao seu beneficiário suas necessidades físicas, sociais, culturais e econômicas. (Brasil, 2005)

O direito à moradia está intrinsecamente ligado ao acesso à terra, infraestrutura, serviços urbanos, habitabilidade e adequação cultural, sendo um elemento essencial do direito à cidade (Martin, 2018). Harvey (2014) destaca que o direito à cidade não se limita ao uso da cidade, mas também ao poder dos cidadãos sobre o processo de urbanização, garantindo condições dignas de moradia para todos.

Atualmente, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é o principal programa governamental com foco em moradia, uma iniciativa que surge em 2008 para o enfrentamento ao déficit habitacional. O programa tem como foco a construção de novas unidades habitacionais e, a partir de subsídios, financiamentos e condições especiais, se subdivide em 3 faixas de atuação, cujo critério ocorre a partir do recorte por faixas de renda¹. Vale ressaltar que, em se tratando de atendimento pelo setor público, é atendendo a primeira faixa que acontece o maior foco de atuação.

O PMCMV tem um enfoque quantitativo que está fortemente vinculado à meta de construção e entrega de um grande número de unidades habitacionais em um curto espaço de tempo. Essa abordagem, embora tenha conseguido reduzir significativamente o déficit habitacional no país, muitas vezes resultou em uma padronização das moradias e em intervenções urbanas pouco integradas com as necessidades das comunidades (Rolnik, 2017; Brasil, 2020).

A partir da atuação dentro da secretaria municipal de habitação, foi possível perceber na prática algumas críticas feitas sobre a efetividade do programa, dentre elas, se dá em relação a localização das moradias que afasta os beneficiários do seu território original, do centro das cidades e do acesso a serviços básicos. Em nosso município, a escolha das famílias para o PMCMV ocorre a partir do sorteio da seleção das famílias pré-cadastradas na secretaria de habitação. Essa forma de seleção não considera o território de origem como fator para auxiliar na adaptabilidade das famílias no novo local de moradia, fazendo com que ela tenha seu referencial de pertencimento fragmentado. Somado a isto, a falta de planejamento urbano adequado pode gerar segregação espacial, dificultando o acesso das famílias beneficiárias a oportunidades de emprego, educação e lazer (Caldeira, 2000).

Em relação a padronização das moradias, o PMCMV assume um modelo de construção que segue a lógica modernista para construção em escala, repercutindo na entrega de moradias com baixa qualidade construtiva, aglomeradas, padronizadas e compactas. Embasados numa compreensão do homem moderno com padrões genéricos de comportamento social, os empreendimentos não levam em consideração as especificidades dos moradores e das regiões onde

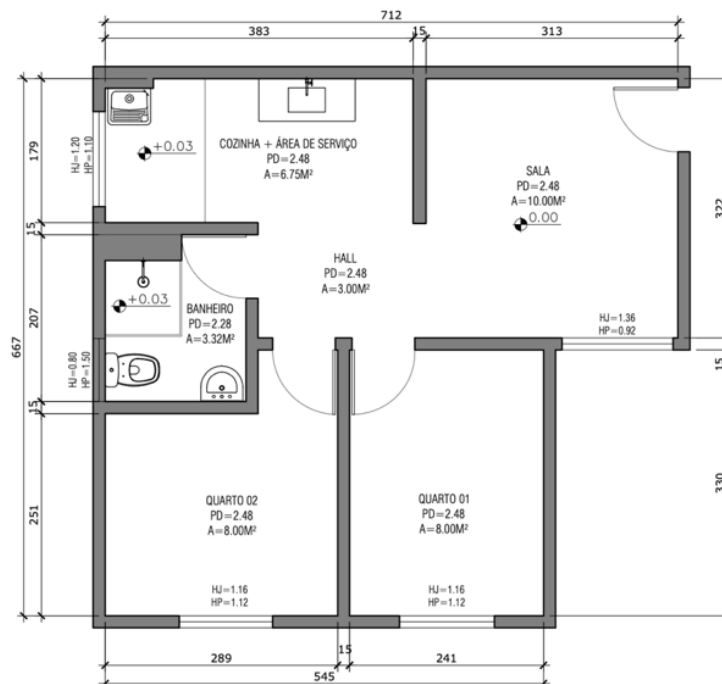
estão localizados, verifica-se então, a repetição de um padrão de moradia por diversos locais do país, não atentando a questões culturais e ambientais. (Pezzini, 2017; Martin, 2018)

Santos (2023) critica o Minha Casa Minha Vida ao propor uma análise sobre como a forma original de morar dos beneficiários é desconsiderada, ele faz um paralelo sobre a importância do espaço de quintal para o povo quilombola, comparando com a laje nos modos de vida do favelado. Ambos, quintal e laje, são os espaços onde a casa cresce ou uma nova morada é construída. Esses espaços, podem servir como uma extensão do espaço da casa, seja para conforto, seja pensando no acolhimento de novos núcleos familiares que poderão existir a partir da formação das famílias dos filhos. Esse modo de gerenciar o espaço da casa e, conseqüentemente, a vida dessas populações, quilombolas e/ou favelados, acaba sendo deixado de lado pelo modelo adotado pelo PMCMV ao estabelecer um padrão de construção que impede a adaptação arquitetônica por parte dos moradores aos seus modos e fases de vida. Para Santos (2023), o PMCMV é um projeto colonialista que impõe uma normatividade de morar que nada tem a ver com o modo de vida dos seus habitantes.

Essa normatividade de morar, é fruto do movimento modernista e da busca pela habitação para a mínima existência, que visava elaborar uma habitação compacta que garantisse a execução das atividades domésticas, a salubridade dos ambientes e que fosse financeiramente econômica. Porém, a proposta dos seus idealizadores partia de uma racionalização dos comportamentos dos futuros habitantes, condicionando que os mesmos vivessem de uma nova maneira, modificando seus comportamentos. Nestes projetos, a cozinha foi reduzida a partir da simplificação do trabalho doméstico, para os ambientes de sala e quarto a proposta era que mudassem de função conforme as necessidades dos moradores ao longo do dia possibilitado pelo uso de mobiliários multifuncionais, e, o projeto de móveis compactos e baratos era imprescindível para garantir a habitabilidade neste tipo de moradia.

No atendimento à população de menor renda, o faixa 1, as moradias entregues seguiram a proposta da habitação compacta na sua arquitetura. Durante a primeira atuação do PMCMV, o programa de necessidades condicionava que as casas e apartamentos possuíssem dois quartos, uma sala, um banheiro e cozinha integrada com área de serviço, com metragem mínima de 36 m² para edificações unifamiliares com área de serviço externa; 38 m² para edificações unifamiliares com área de serviço interna e 41 m² para apartamentos, sendo projetada para uma família de 4 pessoas (Governo Federal, 2011). Um padrão baseado na simetria de papéis em de modelo familiar nuclear e que desconsidera a diversidade das estruturas familiares quanto aos arranjos e a quantidade de pessoas (Martim, 2018).

Figura 1 – Planta-baixa de tipologia de condomínios do PMCMV no município atendido pelo DPPD



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2021)

Enquanto crítica aos espaços internos das moradias entregues pelo PMCMV, observa-se que a pouca disponibilidade de mobiliários multifuncionais em lojas populares dificulta a flexibilidade de uso dos espaços e com a disposição de mobiliários de dimensões incompatíveis com os interiores sobram circulações desprovidas de conforto causando riscos de acidentes e tensões entre os habitantes. (Folz, 2003; Pezzini, 2017) Os requisitos estipulados nas especificações técnicas obrigatórias não garantem que os projetos sejam adequados quanto as dimensões mínimas regulamentadas pela norma de acessibilidade NBR9050 para espaços habitados por pessoas que fazem uso de cadeira de rodas e com os padrões ergonômicos propostos pelos pesquisadores Panero e Zelnik (2002)(Martin; 2018). O programa de necessidades também não considera que o projeto preveja espaços de estudos e de trabalho (Brasil, 2023). O modelo construtivo, ainda impede a alteração de paredes e vãos e, na sua maioria, não existe a possibilidade de ampliação da moradia (Martin, 2018).

Distúrbios na organização dos espaços e conseqüentemente na sensação de conforto, podem levar a patologias, como doenças e desorganização social. Para além do uso funcional dos espaços, um ambiente de moradia deve abarcar as questões psicológicas e sociológicas, que são próprios de um lugar e de um determinado tempo. A relação dos habitantes com os espaços e a sua percepção de bem-estar estão condicionadas a costumes, hábitos, valores e expectativas particulares dos moradores, que estão inseridos num determinado espectro sócio-cultural (Folz, 2003).

Sendo assim, a tipologia dessas moradias não está alinhada com a diversidade de estruturas familiares, com as transformações sociais e com aspectos culturais, dificultando a adaptação dos moradores a nova habitação. Cabe aos habitantes adequarem suas casas às suas particularidades funcionais e socio-culturais na limitação dos espaços internos pré-estabelecidos e de suas condições financeiras. A partir da escolha de mobiliários, cores, materiais, formas, iluminação, acabamentos -

aspectos estes constituintes do design de interiores – buscam explicitar suas identidades e atender, na medida do possível, seu modo de vida na nova moradia, para que esta seja um lar.

3 O design de interiores no projeto Da Porta Para Dentro

Reconhecendo a complexidade do cenário da habitação de interesse social, a secretaria municipal de habitação em questão, elabora o projeto “Da Porta Para Dentro – planejando o lar com design de interiores”. Com ele, insere-se na política habitacional, a dimensão do design de interiores, que ocupado das particularidades dos beneficiários, tem como objetivo promover a qualidade de vida, autoestima e sentimento de pertencimento do morador com o lar através do planejamento dos espaços internos das habitações.

Considerando que o direito a moradia é assegurado pela Constituição de 1988, que a Lei 11.124 do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social determina o dever do estado em acessibilizar a habitação digna e sustentável para a população mais pobre, e que o conceito de moradia digna abarca o atendimento holístico das necessidades dos beneficiários. Entendemos, enquanto uma secretaria incumbida da pasta de habitação, que a responsabilidade da provisão de moradias não se basta na infraestrutura, deve-se assegurar que haja qualidade no habitar, que os interiores das moradias estejam alinhados com as necessidades físicas e emocionais dos seus beneficiários, para que de fato o investimento público reflita em transformações sociais sustentáveis e inclusivas.

Em paralelo, com o objetivo de dar suporte à entrega de moradias, o Ministério das Cidades estabelece a obrigatoriedade do Trabalho Técnico Social (TTS) na implementação de políticas de habitação de interesse social no atendimento do faixa 1. O TTS é projetado para assegurar que os beneficiários não apenas recebam sua moradia, mas que possam usufruir de um ambiente próprio ao desenvolvimento humano e social, promovendo a autonomia, o protagonismo social e favorecendo a sustentabilidade do empreendimento. (Caixa Econômica Federal, 2013) O serviço social, é uma profissão que já desempenha um papel central dentro do PMCMV e no TTS, atuando na identificação das demandas e vulnerabilidades das famílias beneficiárias, bem como na articulação com outros serviços e políticas sociais (Pereira, 2016). O projeto DPPD se insere no contexto do Trabalho Técnico Social (TTS) e atualmente se concentra em atender os moradores de empreendimentos do PMCMV já entregues no município.

O projeto conta com parcerias público-privadas, com a cooperação técnica da Associação Brasileira de Designers de Interiores – ABD, com os cursos de design de interiores das instituições de ensino Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (projeto de extensão Estúdio Ambiente Ditodos), Universidade Estácio de Sá (escritório modelo do curso de design de interiores da unidade Niterói II) e Universidade Veiga de Almeida – UVA colaborando com o atendimento de design de interiores às famílias beneficiárias e o curso de Desenho Industrial da Universidade Federal Fluminense – UFF (disciplinas: Projeto de Design 2 e Modelagem Física e Criatividade e projeto de extensão Da Porta Para Dentro).

Os designers de interiores em conjunto com os assistentes sociais, realizam visitas domiciliares, grupos socioeducativos e orientações individuais. Estas atividades proporcionam aos moradores orientações individualizadas e construção de conhecimento sobre design de interiores para a composição dos espaços internos de suas casas através de soluções práticas, acessíveis e personalizadas. Os designers de interiores auxiliam a adaptação das diversas estruturas familiares

aos interiores das casas, buscando atender as necessidades funcionais e estéticas e as dimensões simbólico-afetivas singulares de cada família, alinhado com o contexto social, econômico e cultural. Concomitantemente, os assistentes sociais contribuem para o fortalecimento dos laços familiares, o acesso a direitos sociais e a promoção da cidadania. Ao entrar nas residências das famílias participantes, enquanto profissionais, temos a oportunidade de realizar um diagnóstico abrangente, identificando as necessidades físicas do espaço, bem como, as necessidades sociais, de saúde e de bem-estar dos moradores. Isso permite uma intervenção integral que entende, observa e respeita o ser humano sem estar fragmentado em polos de atuação, possibilitando não apenas a melhoria física, estética, saudável e segura dos ambientes, mas promovendo mudanças sociais, emocionais e culturais, transformando a qualidade de vida das famílias que passam pelo projeto.

A partir de uma abordagem inovadora no serviço público, que coloca a necessidade de ter a atuação no design de interiores como um dos eixos de atuação do TTS e como forma de promoção do direito à cidade, o projeto Da Porta Para Dentro demonstra a importância de instaurar um novo pensamento político e social a partir das políticas habitacionais do PMCMV, trazendo para a política de Habitação de Interesse Social a sensibilidade fundamental de olhar para o indivíduo.

4 O design de interiores no Programa Minha Casa Minha Vida

Nos levantamentos desenvolvidos no âmbito da secretaria municipal de habitação em questão, identificamos várias fragilidades que evidenciavam a necessidade de uma intervenção para práticas de design de interiores nas habitações estudadas. Abaixo trazemos alguns dos problemas que encontramos com frequência nas casas que atendemos pelo projeto Da Porta Para Dentro.

Nas figuras 2 e 3, chamamos atenção para o problema de insalubridade, vemos nas fotos paredes manchadas resultante da presença de umidade elevada, o que ocasiona proliferação de fungos e bactérias nos espaços interiores causando problemas de saúde, como alergias e doenças respiratórias. Este problema teria como solução definitiva uma intervenção na estrutura, que não seria viável para execução por parte da família beneficiária, pois identificado como um problema construtivo, esta responsabilidade recai sobre a construtora e o agente financeiro. Neste interim, a família precisa conviver com a situação, cabendo ao designer poder indicar soluções paliativas, como proteger os móveis da umidade, acabamentos e pinturas mais resistentes a proliferação dos fungos e bactérias, bem como o uso de plantas para auxiliar na filtragem do ar e a desobstrução da ventilação natural e da incidência solar.

Figura 2 e 3 – Fotografias quartos com presença de mofo nas paredes



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Nas figuras 4 e 5, vemos um problema de segurança com o uso de mobiliários próximos a janelas de apartamentos em andares altos que não contam com redes de proteção, podendo ocasionar acidentes fatais. A dificuldade em organizar os móveis nos ambientes e até mesmo o calor foram relatados como motivos que levaram a locação de tais móveis próximo às janelas. Nesta situação, para além do uso de telas ou grades de proteção, com um estudo da disposição dos móveis pode-se encontrar uma posição que garanta a segurança e um local fresco.

Figura 4 e 5 – Fotografias de quartos com mobiliários próximos de janelas sem proteção em andares altos



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2021)

Nas figuras 6 e 7, temos a falta de privacidade dentro dos espaços internos das casas provocada pelo alinhamento das janelas entre os apartamentos construídos ou nos apartamentos térreos cujas janelas dão para espaços de circulação do condomínio. Os moradores usam, como solução cortinas, papéis e blecaute, obstruindo a entrada de luz e vento por longos períodos ou até mesmo de forma definitiva. Intervenções do design passam por indicar aplicação de películas, uso de elementos decorativos e/ou cortinas que impeçam a visão, mas que permitam a passagem de vento e luz, além da disposição dos mobiliários de forma que traga mais privacidade para atividades de longa duração.

Figura 6 e 7 – Fotografias de uma sala de apartamento térreo e de quartos com janelas alinhadas



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2021 e 2022)

Nas figuras 8 e 9, vemos o uso de iluminação pouco eficiente devido a escolha de

especificação equivocada e ao posicionamento das lâmpadas. A iluminação está diretamente associada a saúde e deve ser específica para cada tipo de atividade. Usada de forma inadequada, pelo seu dimensionamento e posição, pode provocar acidentes e problemas de saúde, como insônias, dificuldades de dormir e de saúde ocular, além de influenciar a percepção sobre os objetos e os estímulos sensoriais. Nas fotos abaixo, podemos observar o uso de lâmpada na cor fria (indicada para ambientes de trabalho) em um ambiente em que as atividades são de descanso, e na cozinha, observamos a sombra causada pelos armários na área de bancada da pia da cozinha, espaço que necessita de uma boa iluminação tanto para verificação dos alimentos quanto durante o uso de objetos cortantes.

Figura 8 e 9 – Fotografias da sala da casa de F antes das mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2021)

Nas figuras 10 e 11, vemos o problema de acúmulos de materiais, objetos e móveis. Esta é uma questão relacionada ao dimensionamento do espaço da moradia, a falta de espaços de guarda e a destinação dos usos dos ambientes. São muitos casos de famílias que usam o espaço de moradia também como ambiente de trabalho, como autônomos com trabalhos manuais que necessitam de espaços de guarda e de área livre para execução do trabalho. São casos de famílias que passaram pelo projeto e que vivem de reciclagem, costura, estamparia e produzem ou revendem produtos alimentícios. O acúmulo gera desconforto, desorganização mental e pela dificuldade de limpeza, também acumula poeiras, sendo uma questão que prejudica a saúde emocional e física. Considerando que o acúmulo também está relacionado com processos psíquicos, e entendendo o limite do profissional, não cabe ao designer indicar que os moradores se desfaçam de algo, mas que indiquem formas de organização, assessorando na indicação de criação de espaço de guarda e setorização dos materiais.

Figura 10 e 11 – Fotografias de um quarto e uma sala com acúmulo de itens



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2021 e 2022)

Nas figuras 12 e 13, vemos o uso equivocado de cores. As cores tem a capacidade de mudar a percepção cognitiva sobre o espaço e a influenciar comportamentos de forma positiva e negativa. A sua escolha é condicionada a personalidade dos moradores, devendo ser escolhida com cautela afim de promover a harmonia no lar. Em uma das fotos, vemos o uso da cor vermelha em demasia, a reclamação da moradora era do incomodo que não conseguia sentir acolhida e nem relaxar na própria sala. Na sala com cor verde, a moradora também não se sentia bem, pois ela desejava pintar em outro tom de verde, mas que não conseguiu alcançar ao fazer a mistura de cor de forma manual com uso de pigmento. Aqui, cabe ao designer orientar na escolha das cores a partir dos estímulos que cada uma pode causar considerando todos os integrantes da família que ali residem, como também na escolha dos tipos de tintas e suas composições. A exemplo do caso da sala verde, existe uma limitação de alcance de cor com uso de pigmentos de forma manual. Além da pintura das paredes, a cor pode estar em outros elementos do ambiente, que merecem a mesma atenção durante sua escolha.

Figura 12 e 13 – Fotografias de duas salas em que os moradores não gostam das cores



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022 e 2024)

Nas figuras 14, 15 e 16, vemos o uso de mobiliários incompatíveis com o espaço devido a falta de planejamento e do conhecimento das limitações espaciais. Muitas famílias recebem móveis

doados, outras trazem os móveis da casa anterior e outras quando podem comprar, definem suas escolhas a partir de seus desejos. O que, infelizmente acontece, é que os mobiliários, cuja compatibilidade com o espaço não foi estudada, quando dispostos na casa prejudicam a circulação ou até mesmo são ineficientes quanto ao uso.

Figura 14, 15 e 16 – Fotografias de uma sala com mesa de 6 lugares e conjunto de sofás dificultando o uso e circulação



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022 e 2024)

As figuras 17 e 18 usamos para ilustrar a falta de espaços para estudos, neste caso pelo uso da escrivaninha para outros fins que não o de estudo. Mas este problema também decorre da ausência de mobiliários adequados e pela dificuldade de organização. Quando perguntado sobre o local de estudos, as respostas dadas são a própria cama ou a mesa de jantar localizada na sala ou na cozinha, ambientes compartilhados com toda a família. Isso repercute na dificuldade de concentração, na permanência por longo período tempo em uma postura inadequada e em ambientes iluminados de forma insuficiente, afetando a saúde, com dores no corpo, lesões por esforço e problemas oculares, além de prejudicar a efetividade da tarefa de estudar.

Figuras 17 e 18 – Fotografia de escrivaninhas em 2 quartos.



Fonte: arquivo do projeto DPPD (2022)

Nas figuras 19 e 20 vemos o quarto dos 4 filhos de um casal, que possuía um beliche com bicama (cama retrátil na parte inferior) e não conseguia dispor uma cama para o quarto filho, além de não ter um espaço para estudos. Verificamos que a falta de espaços adequados de dormir para todos os residentes é recorrente. Este problema provem da quantidade de moradores e da dificuldade de dispor camas para todos de forma individualizada, já que os quartos são projetados para 2 pessoas. A falta do mobiliário leva ao compartilhamento de camas entre um número maior de pessoas do que as suas capacidades e/ou a dormirem em espaços desconfortáveis, como em sofás ou diretamente no chão com uso de cobertores.

Figuras 19 e 20 – Fotografia de quarto de 4 irmãos.



Fonte: arquivo do projeto DPPD (2021)

Estes são alguns dos diagnósticos elaborados, mas que não esgotam as problemáticas que podem ser encontradas muito menos as soluções. Visto que o design de interiores projeta os ambientes a partir da escuta individualizada, consequentemente, cada solução é personalizada. Acima, nosso objetivo foi apontar possíveis caminhos, mas não delimitá-los.

O designer de interiores tem como escopo de trabalho estudar, planejar e projetar

ambientes internos existentes ou pré-configurados conforme os objetivos e as necessidades do usuário, planejando e projetando o uso e a ocupação dos espaços de modo a otimizar o conforto, a estética, a saúde e a segurança de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, de ergonomia e de conforto luminoso, térmico e acústico. O designer especifica mobiliários, cores, revestimentos e acabamentos; cria, desenha e detalha móveis e outros elementos de decoração e ambientação; observa e estuda permanentemente o comportamento humano quanto ao uso dos espaços internos. Enquanto premissa, deve preservar e valorizar os aspectos sociais, culturais, estéticos e artísticos dos usuários e zelar pela sustentabilidade ambiental e social (Brasil, 2016).

Ao propor uma intervenção no espaço de moradia, é preciso considerar quais fatores, além dos físicos, objetiva-se promover. Como ilustrado no trecho a seguir, os ambientes alteram processos cognitivos, psicológicos e sociais:

De modo sistêmico, todos os componentes de um ambiente – os físicos (móveis, equipamentos, decoração, iluminação, acústica, temperatura), os não-físicos (pessoas e suas expectativas, motivações, crenças, experiências, padrões comportamentais) e o contexto social, econômico, cultural e político – estão conectados de tal forma que, alterando-se um deles, alteram-se os demais. Logo, para estudar ou modificar qualquer componente de um ambiente, deve-se, primeiramente, considerar e analisar os outros (Campos-de-Carvalho; Cavalcante; Nóbrega, 2011 *apud* Barbosa, 2020, p.61).

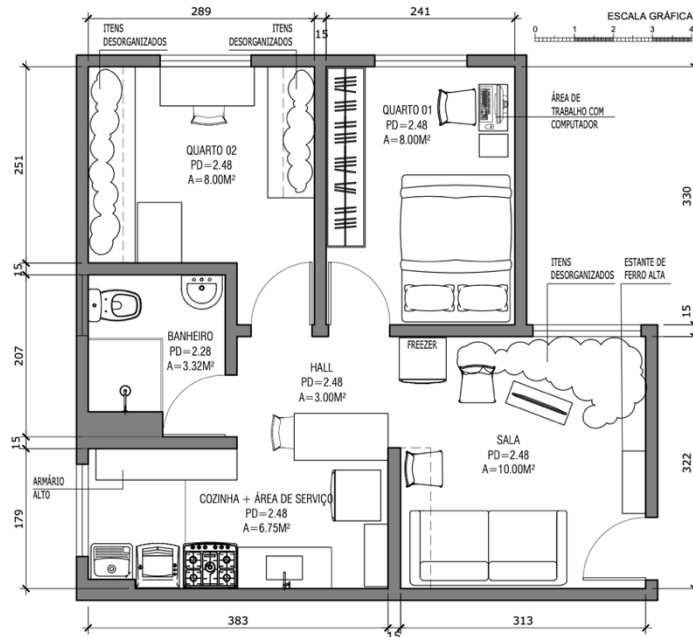
Para ilustrar o trecho acima iremos relatar o atendimento feito a duas famílias.

4.1 Caso 1

F reside em um condomínio do PMCMV, da janela da sua sala ela pode ver o apartamento da irmã que também foi beneficiada. O primeiro contato delas com o projeto DPPD foi um pouco resistente, ambas alegavam que não estavam confortáveis em receber a equipe em suas casas para as orientações individualizadas. Cada uma por um motivo específico, mas ambas por um sentimento de vergonha. Nossa primeira atividade, em coletivo, contribuiu para que elas se interessassem pelo assunto do design de interiores e se aproximassem da equipe.

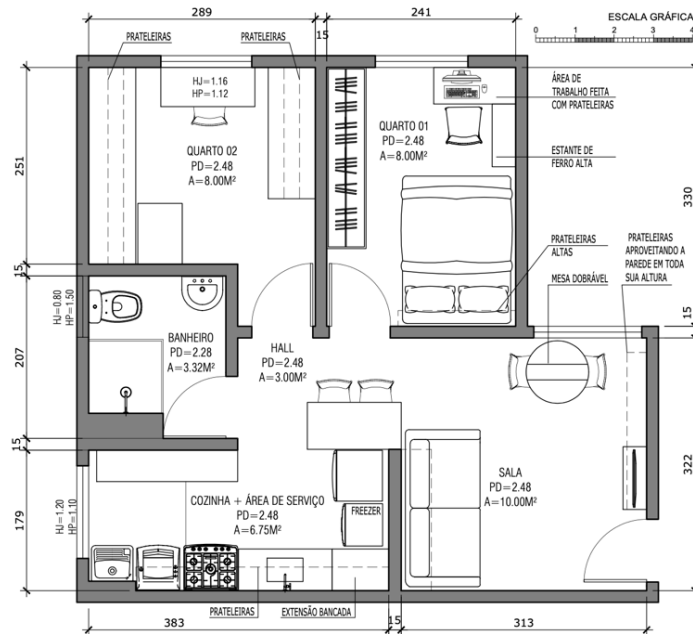
O receio de F era que a casa estava bagunçada, mas foi somente quando fizemos a primeira visita que pudemos entender as suas preocupações. Seu receio não era apenas com a nossa equipe, mas com qualquer pessoa, inclusive sua família. F e o marido, são autônomos e trabalham com 3 atividades que exigem espaço físico, tanto para armazenamento quanto para a execução. Durante a pandemia de Covid-19, a loja que possuíam e que abrigava uma dessas atividades precisou ser fechada e todo o equipamento e material foi para dentro de casa. F conta que a casa não era suficiente para tanto, e com isso o sustento da família tomou conta de todos os espaços exceto do quarto do casal. Ao mesmo tempo, ela entrou em depressão e a sala chegou a ficar tomada pelos objetos de trabalho, deixando livre apenas uma passagem da porta de entrada até o hall de acesso aos quartos, cozinha e banheiro. Segundo F, na nossa visita, a situação já estava melhor, pois ela passou a se desfazer de algumas coisas que o marido acumulava. Ainda assim, metade da sua sala era ocupada por materiais que dificultavam o acesso a janela e o segundo quarto estava ocupado com diferentes tipos de itens que se sobrepunham, com materiais e equipamentos das três atividades profissionais misturados. Segundo F, ainda poderiam se desfazer de aproximadamente 40% dos itens pois não tinha mais uso.

Figura 21 – Planta-baixa com disposição dos móveis da casa de F encontrada na primeira visita.



Fonte: arquivo do projeto DPPD (2022)

Figura 22 – Planta-baixa com disposição dos móveis sugerida pelo projeto de design de interiores.



Fonte: arquivo do projeto DPPD (2022)

Como proposta de design, orientamos formas de criar uma organização com setorização dos materiais de trabalho, facilitando a guardar e a encontrar os objetos quando requeridos. Também indicamos como aumentar os espaços de guarda com uso madeiras que eles já possuíam e outras que fossem fáceis de serem encontrados a partir de reaproveitamento. Planejamos uma nova disposição para os móveis e equipamentos da cozinha e da sala. Deixando a sala com foco na função social, já que F dizia ser seu sonho ter a sua sala de volta. Na proposta, as paredes da sala continuam sendo usadas para comportar a guarda de alguns itens, porém com a exposição objetos decorativos

e afetivos de F, afim de deixar esse armazenamento visualmente mais leve e fluido. Na cozinha, indicamos como organizar e criar espaços mais adequados para a atividade profissional que F executa ali.

Figura 23 e 24 – Fotografias da sala da casa de F antes das mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Figura 25 e 26 – Fotografias da sala da casa de F após as mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2023)

No ateliê, indicamos formas de setorização dos materiais e áreas de trabalho. Com o uso de caixas de papelão, devido a facilidade de acesso a este material, indicamos a guarda dos itens, além de uso de painéis perfurados e da adição de prateleiras menos profundas de forma que não atrapalhassem o uso das bancadas. As modificações realizadas por F se concentraram na reorganização dos itens com uso de caixas, sendo que muitos dos itens vieram do armazenamento que estava na sala. Segundo ela o trabalho de arrumação do ateliê ainda não havia acabado.

Figura 27 e 28 – Fotografias do segundo quarto, usado como ateliê, na casa de F antes das mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Figura 29 e 30 – Fotografias do segundo quarto, usado como ateliê, na casa de F após as mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2023)

F e a irmã receberam seus apartamentos após terem perdido suas casas em uma calamidade pública, um deslizamento de terra que tomou grande parte da favela em que moravam e que levou as suas casas. Ao irem morar no condomínio do PMCMV, elas passaram a viver em um novo território, em um novo formato de casa e de vizinhança, neste processo ficou destituído o aspecto cultural ligado ao território de origem. F relatou durante as visitas que sente muita falta da sua casa anterior e que se sentiu triste com isso por muito tempo. Depois ela passou a sentir vergonha de receber convidados pela situação em que a casa chegou.

Na nossa terceira visita, que aconteceu 3 meses após a apresentação das soluções de design, F disse que o projeto foi como um recomeço, uma renovação. F voltou a realizar uma das atividades profissionais que era de sua responsabilidade e que ama fazer, trabalho que ela havia parado devido a falta de espaço. E ainda contou que está em seus planos realizar as mudanças na cozinha como orientado pelo projeto de design, já que isso irá facilitar o dia a dia de seu trabalho. Ela relatou que a sua relação com o marido melhorou e que a organização do espaço de trabalho também auxiliou na melhora da condição financeira da família. Além disso, com orientação da assistente social, F também conseguiu acessar o Bolsa Família. Em nosso último contato, ela disse que está investindo

na locação de um imóvel para uma das atividades profissionais da família. F demonstra orgulho do seu lar e diz o que aprendeu com o projeto DPPD: “a nunca desistir do meu lar”.

4.2 Caso 2

G e A são vizinhas de porta de outro condomínio do PMCMV. Elas participaram do projeto DPPD durante o TTS realizado por empresa terceirizada. G e A foram chamadas a participar pela assistente social, nessa mobilização contamos com a doação de tintas que as participantes receberem no final do atendimento.

As mudanças na casa de G passaram por alguns ambientes, mas principalmente na sala. G tem família grande e adora receber todos em casa para almoços em família. Na sala ela possui um conjunto de sofás, um de dois lugares e outro de três, uma mesa para 4 pessoas e um rack alto. A disposição dos móveis que encontramos na primeira visita dificultava o uso da mesa, além de embarreirar a visão de quem estava no sofá e tentava assistir a televisão e o sofá maior ainda dificultava o acesso a janela e a parte inferior do rack. Como orientação, indicamos uma nova disposição dos móveis no espaço, liberando o uso do sofá e da mesa sem que um interfira no uso do outro. Indicamos o uso da mesa em outra direção da colocada por eles após a mudança, mas que eles acabaram aplicando depois.

Figura 31 e 32 – Fotografias da sala da casa de G antes das mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Figura 33 e 34 – Fotografias da sala da casa de G após das mudanças



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Outro ponto de mudança foi a realocação de um armário de guarda de alimentos que ficava no quarto do casal, o qual orientamos que fosse colocado na cozinha, de costas para o corredor, uma forma de dispor o móvel pouco usada, mas que aproximou os mantimentos da atividade de cozinhar e liberou espaço no quarto. As costas do armário possuem um acabamento liso, no mesmo tom de madeira do restante, o que não causou estranheza nesta disposição.

Figura 35 e 36 – Fotografias da cozinha e do quarto do casal na casa de G antes das mudanças



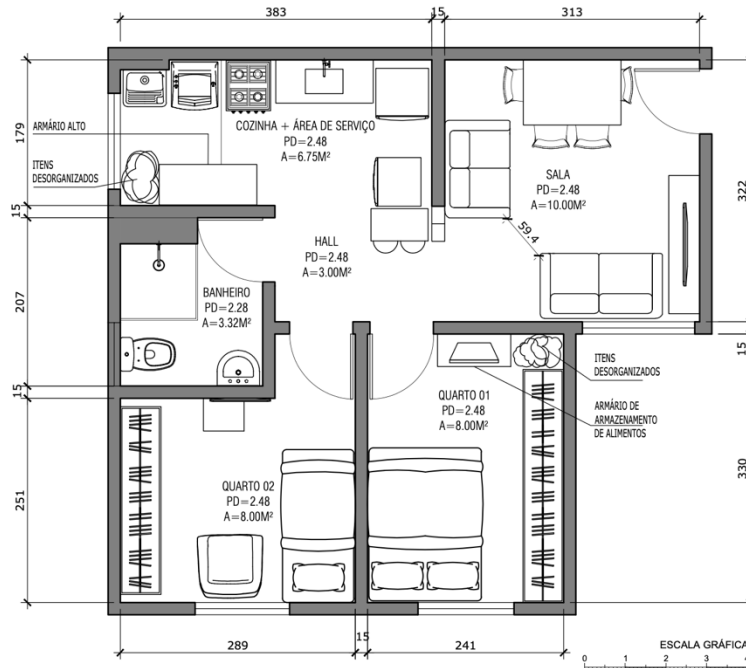
Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Figura 37 e 38 – Fotografias da cozinha da casa de G após as mudanças



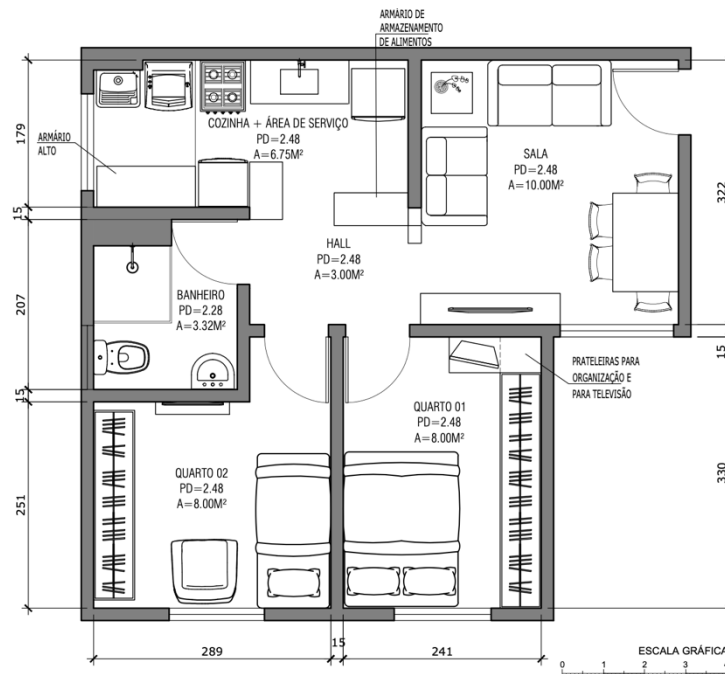
Fonte: arquivos do projeto DPPD (2022)

Figura 39 – Planta-baixa com disposição dos móveis da casa de G encontrada na primeira visita.



Fonte: arquivo do projeto DPPD (2022)

Figura 40 – Planta-baixa com disposição dos móveis sugerida pelo projeto de design de interiores.



Fonte: arquivo do projeto DPPD (2022)

O que nos surpreendeu no processo de atendimento, foi que a partir das mudanças e dos processos de visitas e atendimentos, G se sentiu motivada a ponto de realizar outra transformação em sua vida. Aos 72 anos, ela voltou a estudar, retomando os estudos que havia parado no ensino

fundamental. G levou com ela a sua vizinha, A, que também participou do projeto DPPD e retomou os estudos.

Quando perguntamos a G o que a motivou, ela conta que a presença da equipe e as conversas a fez acreditar que podia fazer as mudanças em sua casa mesmo diante das barreiras que possuía. Com isso, ela também poderia fazer outras mudanças em sua vida, e isso a fez se sentir empoderada para voltar a estudar. G nunca mais deixou de perguntar quais as próximas atividades do TTS, ela nunca havia participado até então, e, infelizmente, naquele momento já estava em fase de finalização.

Visitamos G e A dois anos após o atendimento, ambas continuam estudando e as mudanças que elas realizaram seguem aplicadas em suas casas com algumas variações nas decorações das paredes a partir de ideias que elas próprias idealizam de tempos em tempos.

Figura 41 e 42 – Fotografias da sala na última visita realizada a G, dois anos após o projeto



Fonte: arquivos do projeto DPPD (2024)

5 Conclusão

A partir do que foi aqui pesquisado chegamos então à conclusão de que o design de interiores pode de fato contribuir como mitigador das problemáticas habitacionais quando incorporado nas práticas das políticas públicas. Verificamos que mesmo durante a atuação no pós-ocupação de empreendimentos do PMCMV, a partir de uma arquitetura definida e sem possibilidade de alterações, foi possível desenvolver soluções que abrangem aspectos não resolvidos pela estrutura a priori entregue às famílias. Compreendemos que a moradia digna comporta as dimensões de uma infraestrutura salubre, mas também aspectos da habitabilidade que estão relacionados com a forma como essa moradia está sendo ocupada e da sua adequabilidade cultural, ou seja, que comporte as necessidades, os modos de vida e aspirações de seus habitantes.

O PMCMV, como resposta ao déficit habitacional no Brasil, desempenha um papel fundamental na provisão de moradias, porém enfrenta desafios significativos relacionados a qualidade do habitar. Ao padronizar as habitações também se normatiza uma forma de morar que dificulta a adaptação das famílias beneficiárias. Como apontado pelas problemáticas encontradas

durante os atendimentos do projeto DPPD, são diversos os desafios enfrentados e as tentativas dos habitantes em solucioná-los, muitas das vezes esses problemas repercutem em desconforto, insegurança e podem ocasionar problemas de saúde física e emocional. Evidenciamos assim, que olhar para a qualidade do habitar dos espaços interiores é essencial não só para a satisfação de seus usuários, mas para uma política pública efetiva, que não se basta ao âmbito habitacional, mas reflete também na demanda dos demais serviços públicos.

O projeto Da Porta Para Dentro é uma iniciativa que incorpora uma visão pouco observada até então nas políticas habitacionais. Ao trazer um olhar para o interior das habitações, enxergamos cada beneficiário dessa política possibilitando compreendê-lo de forma mais integral. Ao trabalhar o design de interiores das casas melhoramos a adequação dos espaços para o atendimento das necessidades de cada família, promovendo qualidade de vida, bem-estar e fortalecendo os laços entre os habitantes e com a sua moradia. O trabalho integrado com o serviço social, possibilita a atuação frente as demandas sociais, buscando dar suporte no acesso aos serviços e benefícios públicos. Nesta experiência multidisciplinar as soluções espaciais e sociais andam juntas e se influenciam mutuamente.

A partir dos casos apresentados, verificamos dois impactos relevantes da atuação do projeto DPPD: a capacidade de empoderamento e de maior engajamento do público, estes aspectos extrapolam a condição do ambiente físico, mas que não deixam de ser reflexo das mudanças espaciais e promovem transformações de vidas, como na promoção da saúde e do bem-estar das famílias beneficiária, na melhora da relação interpessoal entre familiares, no fortalecimento de laços sociais, do senso de pertencimento e de identidade, na mobilização comunitária, na retomada de estudo e de trabalho. Assim, o design de interiores, ao ser atuante na política pública do PMCMV, promove intervenções planejadas e sensíveis que refletem em mudanças sociais e econômicas.

É fundamental que as políticas públicas não se limitem apenas à produção de unidades habitacionais, mas também considerem a qualidade e a adaptabilidade dos espaços internos às diversas realidades familiares e culturais. O design de interiores, nesse contexto, emerge como um elemento catalisador para a criação de ambientes que não apenas abrigam, mas acolhem e promovem o desenvolvimento pessoal e comunitário. No mais, percebemos a importância de envolver os beneficiários no processo de planejamento e execução das políticas públicas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades prioritárias atendidas.

Considerando a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida e a possibilidade de atuação do design de interiores em outras frentes habitacionais, ratificamos que ao integrar princípios de design de interiores nas políticas públicas de habitação, podemos avançar em direção a um modelo urbano mais inclusivo, sustentável e humano, onde cada família não apenas tenha um lugar para viver, mas um lar que suporte e reflita suas aspirações e valores, onde todos os habitantes possam prosperar e contribuir para o bem-estar coletivo.

6 Referências

BARBOSA, P. G., REZENDE, E. J. C. **O que é o Design de Interiores?** In: Estudos em Design, Revista (online). Rio de Janeiro: v. 28 | n. 1 [2020], p. 53 – 64

BRASIL. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório de Avaliação: Programa Minha Casa Minha Vida ciclo 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/subsidios/relatorio_avaliao-cmas-2020-pmcmv.pdf> Acesso em: 10 jul. 2023

BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**. Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Lei no 12.424, de 16 de junho de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm#art1>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL, Palácio do Planalto. **Lei que dispõe sobre o exercício da profissão de designer de interiores e ambientes**. Lei no 13.369, de 12 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13369.htm> Acesso em

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Público do Minha Casa, Minha Vida tem novo crédito para móveis, eletrodomésticos e material de construção**. Setembro de 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2012/09/26-09-publico-do-minha-casa-minha-vida-tem-novo-credito-para-moveis-eletrodomesticos-e-material-de-construcao> Acesso em: 14 jul. 2024.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. EdUSP, 2000.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/caderno_de_orientacao.pdf> Acesso: 27 jul. 2023

COHEN, S. C. **Habitação saudável como um caminho para a promoção da saúde**. Junho de 2004, 167 f. Tese (doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2004

GOVERNO FEDERAL. Ministério das Cidades. Caixa Econômica Federal. **Especificações Mínimas Unidades Habitacionais - Anexo I da Portaria N° 465, de 03 de outubro de 2011**. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Especificacoes/EspecifCasaltem721AnexoIPortariaN465.pdf>> Acesso em: 14 jul 2024.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LIMA, S. L. R. C. **Questão Habitacional na Cidade dos Negócios: Desafios ao Serviço Social.** In: Libertas. V.12. N.2. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

MARTIN, Stella Spagolla Hermida. **Dimensionamento mínimo: relações do uso no habitar social. Os Programas Minha Casa Minha Vida e Minha Casa Melhor.** Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R.G. de. **Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual.** In: MONNERAT, G. L. et al. A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

ONU-HABITAT. **Relatório Global sobre Assentamentos Humanos 2009: Mudança climática e cidades.** Editora da ONU, 2009.

PINTO, M. B. **Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira.** In: Libertas. V.4 e 5. Juiz de fora: UFJF, 2004/2005.

PEREIRA, M. L. **O papel do serviço social no Programa Minha Casa Minha Vida.** Revista Serviço Social & Sociedade, 126, 150-168, 2016.

PEZZINI, Marina Ramos. **Contribuição do Design Centrado no Humano para o projeto do mobiliário doméstico em apartamentos compactos.** Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

Rolnik, R. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** Boitempo Editorial, 2017.

STEFANIAK, J. L **A efetividade do direito humano e fundamental à moradia.** In: Revista Direitos Fundamentais e Democracia. V. 8, n. 8, jul./dez. 2010, p. 237-256

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.